

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

**UNIDADE SOLICITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEMIE/PMVJ.

#### 1. OBJETO

1.1. Contratar Pessoa Jurídica especializada EM GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM FORNCIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA, incluindo os serviços de entrega, conforme especificações e condições aqui estabelecidas.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação faz se necessário para a realização dos serviços, pelo presente fato da Secretaria Municipal de Infraestrutura-SEMIE/PMVJ, não dispor de todos os Técnicos necessários para elaborações de tais serviços, e de certa forma beneficiará o Município.

PLANILHA DE SERVIÇOS							
Item	Descrição	Un.	Quant. Contrato	Valor Unitário	Valor Total		
1.1	Fornecimento e instalação de luminária de Led (Light Emitting Diode) 150W, tensão nominal 100-280V; 60Hz; corpo em alumínio; IP-66; faixa de fluxo luminoso mínimo de 20.250 lúmens; eficiência mínima de 135 lm/W; protetor de surto de 10kV/10kA; com suporte para fixação com regulagem de ângulo; apto para tele gestão; fator de potência > 0,92; vida útil superior a 60.000 horas; garantia de 5 anos; Certificado válido conforme Portaria n.º 20, de 15 de fevereiro de 2017 do Inmetro. Para atendimento as vias V1.	un	284	R\$ 1.415,85	R\$ 402.101,4		



LINDOMAR PASTANA DE OLIVEIRA  
SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA  
DEC. N° 010/2021 - GAB/PMVJ

1.2	<b>Fornecimento e instalação de luminária de Led (Light Emitting Diode) 180W</b> , tensão nominal <b>100-280V</b> ; 60Hz; corpo em alumínio; <b>IP-66</b> ; fluxo luminoso mínimo de <b>23.400 lúmens</b> ; eficiência mínima de <b>130 lm/W</b> ; protetor de surto de 10kV/15kA no mínimo; com suporte para fixação com regulagem de ângulo; driver dimerizável apto para tele gestão; fator de potência <b>&gt; 0,92</b> ; vida útil superior a <b>60.000 horas</b> ; garantia de 5 anos; Certificado válido conforme Portaria n.º 20, de 15 de fevereiro de 2017 do Inmetro. Para atendimento as vias V2	un	235	R\$ <b>1.644,13</b>	R\$ <b>386.370,55</b>
1.4	<b>Fornecimento e instalação de braço para iluminação pública.</b> Material: tubo de aço carbono; comprimento de <b>2,0m</b> , avanço mínimo de 1,56m, <b>diâmetro externo: 48,3mm</b> . Acabamento: zincado por imersão a quente, conforme <b>NBR 6323 e SAE 1010 e 1020</b> , sem imperfeições ou achatamento e isento de rebarbas e cantos vivos; a peça contém gravado de forma legível, o nome ou marca registrada do fabricante; os furos de 15 e 25 mm poderão tangenciar a parte interna do tubo, na parte inferior. Garantia mínima: 2 (dois) anos.	un	149	R\$ <b>272,39</b>	R\$ <b>40.586,11</b>
1.5	<b>Fornecimento e instalação de braço para iluminação pública.</b> Material: tubo de aço carbono; comprimento de <b>3,0m</b> , avanço mínimo de 2,43m, <b>diâmetro externo: 48,3mm</b> . Acabamento: zincado por imersão a quente, conforme <b>NBR 6323 e SAE 1010 e 1020</b> , sem imperfeições ou achatamento e isento de rebarbas e cantos vivos; a peça contém gravado de forma legível, o nome ou marca registrada do fabricante; os furos de 15 e 25 mm poderão tangenciar a parte interna do tubo, na parte inferior. Garantia mínima: 2 (dois) anos.	un	235	R\$ <b>344,56</b>	R\$ <b>80.971,60</b>
1.6	<b>Fornecimento e Instalação de Conector Perfurante Principal</b> de 10-95mm Derivação de 1,5-10mm	un	1.152	R\$ <b>25,71</b>	R\$ <b>29.617,92</b>
1.7	<b>Fornecimento e Instalação de Cabo</b> de cobre PP 1KV 3X1,5mm² classe 5	m	2.304	R\$ <b>12,09</b>	R\$ <b>27.855,36</b>





1.8	Fornecimento e Instalação de Cintas e Ferragens para fixação de braço em poste.	un	346	R\$55,42	R\$ 19.153,15		
1.9	Fornecimento e instalação de relé fotoelétrico padrão - 105 VAC a 305 VAC; Grau de proteção: IP 65; Temperatura de operação: -5°C a 50°C; encapsulamento com proteção UV; resistente a vibrações e impactos de acordo com a NBR 5123. Vida útil maior que 10.000 comutações com carga de acordo com a norma NBR 5123.	un	403	R\$ 33,11	R\$ 13.343,91		

TOTAL DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTA. =	R\$1.000.000,00	
VALOR DO CONTRATO =	R\$1.000.000,00	VL. = R\$ 1.000.000,00

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS NORMAS

Por unidade de iluminação pública (IP) entenda-se uma luminária ou projetor, completo com todos os acessórios necessários ao seu funcionamento. Caso a luminária ou projetor contenham mais de uma lâmpada, o número de unidades equivalerá ao número de lâmpadas, sendo isto necessário para a compatibilização com os procedimentos adotados pela Concessionária, no faturamento da energia consumida pelo sistema.

I- O número de unidades de iluminação deve ser permanentemente atualizado para suprimir as unidades retiradas e acrescentar as unidades instaladas no mês.

II- Os valores mensais fixos pagos à CONTRATADA poderão ser reajustados anualmente pelo índice de correção inflacionário adotado e pelo aumento ou diminuição proporcional dos pontos do parque luminotécnico.

III- Esta contratação contempla além da execução dos serviços (mão de obra e equipamentos/ferramentas), o gerenciamento completo dos serviços e o fornecimento de todos os materiais necessários para a manutenção.

IV- Aplicam-se a este memorial e a execução do objeto a ser contratado, as prescrições

normativas: ABNT NBR 5410/2008: Instalações elétricas de baixa tensão;

ABNT NBR 5419/2015: Proteção contra Descargas

Atmosféricas; ABNT NBR 5101/2018: Iluminação

Pública – Procedimento;

ABNT NBR 5111/1997: Fios de cobre nus, de seção circular, para fins elétricos;

ABNT NBR 5123/2016: Relé fotocontrolador intercambiável e tomada para iluminação — Especificação e ensaios;

ABNT NBR 5460/1992: Sistemas Elétricos de Potência;

ABNT NBR 6323/2016: Galvanização por imersão a quente de produtos de aço e ferro fundido - Especificação;





ABNT NBR 6524/1998: Fios e cabos de cobre duro e meio duro com ou sem cobertura protetora para instalações aéreas;  
ABNT NBR 7270/2009: Cabos de alumínio nus com alma de aço zincado para linhas aéreas – Especificação;  
ABNT NBR 7288/2018: Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 kV – Especificação;  
ABNT NBR 8182/2011: Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV — Requisitos de desempenho;  
ABNT NBR 10296/2014: Material isolante elétrico — Avaliação da resistência ao trilhamento e erosão sob condições ambientais severas;  
ABNT NBR 10298/2010: Cabos de liga alumínio-magnésio-silício, nus, para linhas aéreas — Especificação;  
ABNT NBR 13570/1996: Instalações elétricas em locais de afluência de público – Requisitos específicos; ABNT NBR 13593/2013: Reator e ignitor para lâmpada a vapor de sódio a alta pressão — Especificação e ensaios;  
ABNT NBR 14744/2001: Poste de aço para iluminação;  
ABNT NBR 15129/2013: Luminárias para iluminação pública — Requisitos particulares;  
ABNT NBR 15465/2020: Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão — Requisitos de desempenho;  
ABNT NBR 15688/2012: Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus; ABNT NBR IEC 60529/2017: Graus de proteção providos por invólucros (Códigos IP); ABNT NBR IEC 60598/2020: Luminárias;  
ABNT NBR IEC 61439-1/2016: Conjuntos de manobra e comando de baixa tensão – Parte 1: Regras gerais;  
ABNT NBR IEC 60662/2011: Lâmpadas a vapor de sódio a alta pressão; ABNT NBR IEC 61167/2018: Lâmpadas a vapor metálico;  
ABNT NBR NM 247-3/2002: Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, inclusive – Parte 3: Condutores isolado (sem cobertura) para instalações fixas (IEC 60227-3, MOD);  
ABNT NBR NM 280/2011: Condutores de cabos isolados (IEC 60228, MOD);  
ABNT NBR NM 60335-1/2010: Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares – Parte 1: Requisitos gerais;  
ABNT NBR NM IEC 603332-3/2005: Métodos de ensaios para cabos elétricos sob condições de fogo – Parte 3;  
EN IEC 61000-3-2/2018: *Electromagnetic compatibility (EMC) - Part 3-2: Limits - Limits for harmonic current emissions (equipment input current  $\leq 16$  A per phase)*;  
IEEE ANSI C37.20.1 - *Metal-Enclosed Low-Voltage (1000 VAC and below, 3200 VDC and below) Power Circuit Breaker Switchgear.*;  
ABNT NBR 16149/2013: Características de interface de conexão com a rede elétrica de distribuição; ABNT NBR 16150/2013: Características de interface de conexão com a rede elétrica de distribuição – Procedimento de ensaio de Conformidade;  
ABNT NBR 16690/2013: Instalações Elétricas de Arranjos Fotovoltaicos;  
ABNT NBR IEC 62116/2012: Procedimento de ensaio de anti-ilhamento para inversores de sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica;  
IEC 60896: *Stationary lead-acid batteries*;  
IEC 62485-2 & EN 50272-2: *Safety requirements for secondary batteries and battery installations - Part 2: Stationary batteries*.  
V- Aplicam-se ainda as normas e disposições da Concessionária de Energia Elétrica, bem como disposto nas Resoluções Normativas nº 414 e 888 da ANEEL.  
VI- O presente instrumento tem sua origem no processo licitatório Concorrência Pública para Registro de Preços nº 036/2021-CPLCSO/PMJV, do tipo menor preço global, disciplinado pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e o regime de execução será indireto.





## CLAUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

§ 1º - Os equipamentos a serem utilizados pela CONTRATADA deverão permanecer em perfeitas condições de conservação, funcionamento e segurança durante o período contratual.

## CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

I- Fica a cargo do Município, definir os critérios de fiscalização da CONTRATADA de acordo com a necessidade, devendo esta permitir tais atividades, facilitando o acesso às suas dependências, veículos e pessoal.

II- A fiscalização acontecerá prioritariamente monitorando o *software* de gestão e avaliando o desempenho da CONTRATADA quanto ao prazo médio de atendimento, taxa de reclamações do sistema e a satisfação geral do munícipe.

III- A atuação da administração em nada restringe ou isenta a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações.

IV- O Município de Vitória do Jari poderá rejeitar os serviços executados pela CONTRATADA, no todo ou em parte, em função de inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para ao Município.

V- Sem prejuízos de outras atribuições inerentes a função, a fiscalização da Secretaria de Infraestrutura poderá sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas ou com as normas estabelecidas;

VI- A fiscalização poderá recusar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas;

VII- Se a qualquer tempo a fiscalização da Secretaria de Infraestrutura, julgar que os métodos dos trabalhos e/ou equipamento da CONTRATADA são, comprovadamente ineficiente, ou inadequado a perfeita execução dos serviços, ao ritmo requerido para a realização dos trabalhos, poderá exigir que a CONTRATADA aumente a sua eficiência de modo a ao cumprimento dos serviços;

VIII- A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

IX- Fica designado para fiscalizar o Contrato e a execução dos serviços o Sr. AMIRALDO DA COSTA DOS SANTOS, ACESSOR NÍVEL I, DAS II, Portador do CPF: 234.767.372-68.

## CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I- O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças, **até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente**, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal e/ou Fatura na Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

II- Os pagamentos processar-se-ão após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

III- O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal na qual deverá constar indicação do número do empenho correspondente ao objeto, através de depósito em conta bancária de titularidade da empresa, sendo vedada a emissão de títulos ou boletos pela mesma.

IV- Das medições serão descontadas as multas aplicadas à CONTRATADA, correspondente ao mês em questão.

V- Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais ou implicará na aceitação dos serviços.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I- Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Termo de



Referência/Projeto Básico e no Edital e seus anexos;

II- Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto do Termo de Referência/Projeto Básico, anexos do Edital;

III- Reter a contribuição devida ao INSS, calculada sobre o valor da Nota Fiscal ou da Fatura inerente a prestação de serviços de acordo com a Lei Federal nº 9.711/98;

IV- Reter o correspondente devido a título de ISS, calculado sobre o valor global da Nota Fiscal/Fatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**A empresa CONTRATADA deverá atender aos procedimentos da Concessionária Local, bem como estar devidamente autorizada a exercer todas as atividades objetos desta contratação, dentro do prazo de assinatura do Contrato, e durante todo o período de execução.**

I- A CONTRATADA obriga-se a comunicar ao Município de Vitória do Jari todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitam a correta execução dos serviços.

II- A CONTRATADA fica obrigada a cumprir a todas as exigências normativas e legais pertinentes à Segurança e Medicina do Trabalho segundo as normas: NR-6, NR-10, NR-35 e NR-12.

III- A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente e seus anexos, bem como pelos eventuais danos decorrentes da realização incorreta dos referidos trabalhos.

IV- A CONTRATADA é obrigada a zelar pelo patrimônio público municipal, objeto do presente Termo de Referência, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

V- A CONTRATADA é responsável em fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva a seus empregados e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene no trabalho.

VI- A CONTRATADA deverá efetuar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, perante o CREA- AP, imediatamente após a assinatura da Ordem de Serviço. Empresas de outros Estados da Federação deverão fazer o registro no CREA-AP até a assinatura do Contrato apresentando no momento do certame o visto provisório emitido pelo CREA-AP.

VII- Caberá à CONTRATADA comunicar e obter a anuência da FISCALIZAÇÃO, quando houver necessidade de interação com outros órgãos públicos ou concessionários de serviços públicos, Polícia Militar do Estado, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, concessionárias de telefonia, TV a cabo, rodovias e demais, havendo necessidade de obter autorização ou apoio para o desenvolvimento dos trabalhos. A responsabilidade de solicitar os serviços de apoio será da CONTRATADA.

VIII- Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

IX- Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços.

X- Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação.

XI- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

XII- Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem a anuência previa do município.

XIII- Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto.

XIV- Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade.

XV- Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção



aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes do Termo de Referência, anexo I do Edital.

XVI- Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto;

XVII- Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

XVIII- Fornecer todo equipamento necessário para o bom desempenho do Contrato, equipamentos, veículos, maquinários, etc.

XIX- Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

XX- Manter no local dos serviços, o Diário de Obras ou de Ocorrências, para obtenção de assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) e do(s) Fiscal(is) competente(s), pela ocasião da(s) vistoria(s);

XXI- Sinalizar e manter sinalizado o local dos serviços de acordo com o Código Nacional de Trânsito e orientação da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

XXII- Identificar o local com placa, segundo modelo padrão fornecido pela CONTRATANTE, durante período de execução da obra;

XXIII- Permitir o livre acesso da FISCALIZAÇÃO da Prefeitura Municipal ao local dos serviços, acatando ordens, sugestões e determinações adotadas;

XXIV- Entregar a ART do Responsável Técnico, validada pelo CREA, em até 10 (dez) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço, na Secretaria Municipal de Infraestrutura;

XXV- Propiciar, sempre que solicitado, as visitas dos técnicos indicados, objetivando o acompanhamento da execução da obra;

XXVI- Prestar à Secretaria Municipal de Infraestrutura informações e esclarecimento que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do objeto licitado;

XXVII- Dispor à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos, materiais e mão de obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;

XXVIII- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, durante a vigência do Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS**

I- A descrição detalhada dos serviços de manutenção de rotina e emergencial, bem como dos serviços de cadastro informatizado e georreferenciado, estão previstos no Termo de Referência/Projeto Básico Anexo V e demais anexos do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

**O descumprimento pela CONTRATADA, de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste instrumento, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do Contrato, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, e/ou a aplicação pelo CONTRATANTE, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, do mesmo diploma legal, conforme estabelecido no Edital e seus anexos.**

I- Com fundamento nos artigos 86 e 88 da Lei nº 8.666/93, assegura contraditória e ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita, pela inexecução total ou parcial do Contrato, por atraso injustificado, assim considerado pela CONTRATANTE, as seguintes sanções:

- Advertência;
- Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Vitória do Jari/AP por um período de até dois anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública por um período de até cinco anos;
- Multas.

II- As penalidades serão aplicadas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, de acordo



com o quadro abaixo:

OCORRÊNCIA	PENALIDADES QUE PODERÃO SER APLICADAS
O atraso injustificado no cumprimento do objeto contratado ou de prazos estipulados.	Multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total contratado ou, se for o caso, sobre o valor correspondente à parte executada com atraso, limitada a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto, semprejuízo da rescisão unilateral do Contrato.
Comportar-se de modo inidôneo.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do Contrato.
Fizer declaração falsa.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do Contrato.
Apresentar documentação falsa.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do Contrato.
Cometer fraude fiscal.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do Contrato.
Inexecução total.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do Contrato.
Inexecução parcial.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre a parcela do contrato não executada.
Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no Edital do Certame, onde não se comine outra penalidade.	Multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total contratado, limitada a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto, semprejuízo da rescisão unilateral do Contrato.

III- A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

IV- A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo de execução, deverá ser encaminhada ao CONTRATANTE até o vencimento do prazo de entrega, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

V- Vencido o prazo proposto e aceito pela Administração, sem prestação do serviço, total ou parcialmente, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicada as sanções cabíveis.

VI- As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, pela CONTRATADA, serão deduzidas de pleno direito de valores devidos ou, caso a CONTRATADA inadimplente não tiver crédito a receber, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação, para recolhimento da multa através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em favor do CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

VII- O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta no Parágrafo Segundo desta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções previstas neste instrumento.

VIII- A aplicação de multas, bem como a rescisão contratual, não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA faltosa as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade).

IX- A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

X- A aplicação das aludidas multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

I- Os serviços executados serão recebidos quando da aprovação, pela fiscalização, das medições realizadas.

II- O recebimento final se dará provisoriamente pela fiscalização no prazo máximo de 15 (quinze) dias após comunicação pela CONTRATADA de término das obras.

III- Caso o prazo acima não seja respeitado, o recebimento provisório reputar-se-á realizado.

IV- O recebimento final se dará definitivamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório tácito ou expressamente emitido, sendo observado o parágrafo acima, caso o prazo ora estabelecido seja ultrapassado.

O Contrato somente será dado por encerrado quando aceito sem ressalvas, todos os itens previstos na proposta anexa ao referido Contrato. Aceitas as obras, a Secretaria Municipal de Infraestrutura emitirá o termo de recebimento definitivo, documento hábil para liberação da caução e quaisquer outras retenções, e for o caso, mantido a responsabilidade técnica da empresa nos termos da lei.

Na oportunidade, apresentamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

LINDOMAR PASTANA DE OLIVEIRA  
SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA  
DEC. Nº 010/2021 - GAB/PMVJ

